## MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.000, DE 2020

Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

## **EMENDA DE PLENÁRIO**

Inclua-se, onde couber, Artigo à MP 1.000/2020, com a seguinte redação:

"Art. 1° A Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com novo artigo nos seguintes termos:

"Art. 2°-B. O benefício financeiro de que trata o art. 2° relativo ao mês de dezembro de cada ano será pago em dobro." (NR)"

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em 2019, o governo federal anunciou o pagamento anual do 13° salário do programa Bolsa Família. No entanto, a Medida Provisória 898/2019 que tratou do benefício, assegurou somente o pagamento da parcela em dezembro do ano de 2019.

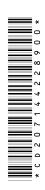
Assim, a presente emenda visa garantir que os beneficiários do Bolsa Família tenham direito ao abono natalino no mês de dezembro de cada ano, principalmente considerando os graves efeitos sociais e econômicos advindos da pandemia da COVID-19 e da omissão do governo diante desses agravos.

Além disso é fundamental garantir o abono natalino do Bolsa família de forma permanente, uma vez que o governo não garantiu o pagamento do auxílio emergencial após 31 de dezembro de 2020, mesmo com a pandemia em avanço no país, novamente.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2020.

Deputado ENIO VERRI (PT/PR)

Líder da Bancada



## Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) (Do Sr. Enio Verri)

Altera a MPV 1.000/2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD207144228900, nesta ordem:

- 1 Dep. Enio Verri (PT/PR) LÍDER do PT
- 2 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) LÍDER do PSB \*-(p\_7204)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) LÍDER do PDT

<sup>\*</sup> Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.